



# A VOZ ROUCA

que não se cala

#8

A Voz Rouca

## NOSSOS NOVOS PATRÕES

### Grandes empresas de olho na educação

De repente, chega a notícia: o colégio em que você trabalha foi comprado por um grande grupo empresarial. E agora? Por mais distante que pareça, essa cena tem sido cada vez mais comum. Aconteceu na Maple Bear, comprada pelo empresário Chaim Zaher, dono do Pueri Domus, do Dom Bosco e das faculdades Estácio. Aconteceu na Escola da Vila, vendida para a Bahema, fundo de investimentos que comprou também a Escola Parque (RJ) e a Balão Vermelho (MG). Recentemente, noticiou-se que a Somos Educação, que detém editoras, sistemas

de ensino e colégios, pode ser comprada pela Kroton, maior empresa de educação do mundo. Já a Eleva Educação, do bilionário Jorge Paulo Lemann, reúne hoje cinco grandes redes de escolas privadas, com um total de 36 mil alunos.

A educação básica transformou-se na bola da vez do mercado financeiro no Brasil. E a Reforma do Ensino Médio é parte disso: por trás das promessas de período integral, currículo flexível e maior "autonomia" do estudante, se desenha uma estratégia de privatização do ensino público, fatiando-o em nichos de mercado: avaliação externa, material didático, formação docente, terceirização de professores e funcionários, administração escolar, infraestrutura etc.

Desde 2015, o governo de Goiás tenta transferir a gestão de parte das escolas estaduais para entidades privadas. Ora, o que estão fazendo os empresários se-

não se posicionando, a partir da rede privada, para abocanhar o mercado que vai se abrir no ensino público? Através de suas fundações, vários deles já têm atuado na rede pública para reafirmar, com parcerias público-privadas "bem sucedidas", a necessidade de uma gestão focada em eficiência e resultados.

Isso se traduz em intensificação, controle e precarização do trabalho: salários mais baixos; avaliação e quantificação de tudo que acontece na sala de aula; necessidade permanente de "bater as metas". A terceirização da educação infantil municipal e as técnicas digitais de "gestão por resultados" na rede estadual são parte do mesmo quadro, que anuncia o futuro de todos os trabalhadores da educação, pública e privada. E por isso, mais do que nunca, temos que pensar em como travar essa luta como um todo, juntos.

O bilionário Chaim Zaher em uma de suas escolas.



### Trabalhadores se organizam e respondem

Diante da venda para Bahema, os trabalhadores da Escola da Vila se organizaram rapidamente. Poucos dias após a notícia, levantaram uma pauta de reivindicações bastante concretas: a garantia de que ninguém seja terceirizado, direitos autorais sobre o material didático produzido, autonomia na elaboração do currículo, entre outros pontos.

Em meio a isso, constataram que seu salário estava defasado em relação a outros colégios e conquistaram aumentos de 5% a 8% (além do dissídio anual). Os trabalhadores do ensino básico parecem estar no centro de uma movimentação estratégica de grandes fundos de investimento. Mas por isso mesmo é uma posição estratégica: certamente seremos uma pedra no caminho.

# Privatização na educação infantil

A terceirização já é realidade na rede municipal de educação infantil em São Paulo. Silenciosamente, a Prefeitura tem priorizado a abertura de vagas em Centros de Educação Infantil (CEIs) indiretos ou conveniados. Isso significa que as novas escolas não são administradas diretamente pela Secretaria de Educação, que repassa recursos para entidades conveniadas – ligadas, em geral, a igrejas e políticos locais. Por trás do barateamento sempre alardeado pelos gestores de plantão, o que se vê é o surgimento de uma rede paralela de creches, com condições mais precárias.

Para se ter uma ideia da dimensão desse processo, em 2015 já havia 1.404 CEIs

terceirizados, contra 361 unidades realmente públicas. E as diferenças nas condições de trabalho são gritantes: enquanto em um CEI direto a jornada de trabalho é de 30 horas semanais, em um CEI terceirizado os professores trabalham 40 horas por semana; o piso salarial também é extremamente discrepante; e o número de crianças sob a responsabilidade de cada professor está muito além do que é recomendado nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil (veja as tabelas ao lado).

A vantagem desse modelo? Um “custo-aluno” muito menor, que só reflete nessa precarização das condições de trabalho dos professores da educação infantil.

## PISO SALARIAL

CEI DIRETO	CEI TERCEIRIZADO
<b>R\$ 3.182,90</b> (+ benefícios de até R\$ 1118,79)	<b>R\$ 2.301,67</b>

## ALUNOS POR PROFESSOR

	CEI TERCEIRIZADO	RECOMENDADO*
<b>MENOS DE 1 ANO</b>	<b>7</b>	<b>6 a 8</b>
<b>1 A 2 ANOS</b>	<b>9</b>	<b>6 a 8</b>
<b>2 A 3 ANOS</b>	<b>12</b>	<b>15</b>
<b>3 A 4 ANOS</b>	<b>25</b>	<b>15</b>

\*Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil



## Gestão empresarial cresce na rede pública

Desde o início do ano, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo está implementando o Método de Melhoria de Resultados (MMR) em 13 Diretorias de Ensino da capital. Dentro desse sistema empresarial de administração escolar, um grupo de professores e gestores “detecta os problemas” locais de cada colégio e formula “soluções”, que se transformam em um “Plano de Melhoria”, focado em atingir as metas da escola no Idesp. Orientado por “indicadores de aprendizagem” abstratos, o método deixa de fora as questões mais cruciais, como a falta de recursos, a precariedade das instalações, o currículo imposto pela secretaria, os baixos salários, o adoecimento dos funcionários e professores, as salas superlotadas... nada disso importa. Instrumentos como o painel de “Gestão à vista”, em que aparecem as metas e o nome dos professores e funcionários responsáveis por cada uma delas dentro do plano, servem para aumentar a pressão e controle sobre os trabalhadores.

Acompanhadas de um discurso cheio de jargões e números, essas plataformas servem sobretudo para falsear os problemas reais da educação pública e aumentar a exploração.

A Secretaria Escolar Digital (SED), por exemplo, é sinônimo de duplicação do trabalho burocrático, já que tudo que professor faz em papel deve em seguida ser inserido no sistema digital. Já a plataforma “Foco e Aprendizagem” utiliza os dados da avaliação Saesp para calcular não apenas índices e metas, mas o que a escola deve fazer para alcançá-los.

Numa lógica que também soa familiar para quem trabalha na rede privada, controlar e precarizar o trabalho dos professores, esvaziando-o cada vez mais de sentido, aparecem como solução para os problemas de ensino e aprendizagem, deixando de lado as fontes reais dessas questões. É preciso se contrapor urgentemente a tal estratégia, e são sobretudo os trabalhadores da educação que podem fazê-lo.